

# América Latina no contexto mundial

## 1. CONCEITO

O conceito de América Latina é daqueles que mais sugerem do que se comportam numa definição. Conhecem-se, assim, as discussões sobre se existe, a rigor, uma América Latina ou uma Ibero-América, ou se uma América Hispânica distinta e uma Luso-América — no caso os países de colonização espanhola em oposição ao Brasil. São discussões que, muitas vezes, levam longe e, não raro, sob um rigoroso conceitual, escondem certas pretensões de prestígio ou, mesmo, idéias desagregacionistas.

Na verdade, até um pouco, a expressão América Latina parecia a muitos, seguramente à maioria dos estudiosos de seus problemas e de sua realidade, como bastante elucidativa para compreender as repúblicas que formam a parte do mundo subdesenvolvido americano. Afinal, se a expressão não se pode dizer exclusiva bastante para definir, pois dizer que a América a que nos estamos reportando é latina não afastaria, por exemplo, a Guiana Francesa, que jamais integrou sua unidade e Pôrto Rico, hoje parte dos Estados Unidos —, de outro lado é bastante tra-

dicional para identificar o universo a que nos reportamos. De qualquer modo, a expressão pecava por imprecisão, mas não por inadequação.

Hoje em dia, porém, já se têm outras reservas à expressão empregada. Hoje, não se trata de, ao dizer-se América Latina, compreender-se mais do que se tinha querido significar. É que, com a recente independência de ex-colônias britânicas, e como Trinidad-Tobago e a República das Guianas (apenas para citar exemplos), esses novos países tendem a compreender-se no contexto da chamada América Latina. A expressão, assim, passa a pecar por imprecisão e por inadequação, pois já diz mais e menos do que deveria. Talvez, assim, devêssemos cunhar outra expressão para significar, mais precisamente, o subcontinente. A que mais o colheria por inteiro talvez fôsse a de América Subdesenvolvida.

Reconhecemos, porém, que a expressão proposta sofre de inconvenientes. Primeiro, porque carregada de valoração depreciativa: hoje em dia, o desenvolvimento passou a ser objetivo buscado quase como se fôsse de natureza ética. É tão emocionalmente carregado que os países ricos já cunharam outra expressão muito menos científica mas cheia de conotação propagandística, que é a de países "em via de desenvolvimento". A América subdesenvolvida jamais aceitará, de bom grado, chamar-se assim, embora o subdesenvolvi-

mento seja sua característica mais marcante, universalmente presente e, por isso mesmo, mais definidora.

A expressão, entretanto, sofre de outra moléstia: é provisória por natureza; ainda que muitos acreditem que nosso estado de subdesenvolvimento (tomado, como se deve, o termo como conceito relativo) tende a tornar-se crônico, se não definitivo, a natureza mesma dos fatos sociais nos tem ensinado que nenhum raciocínio ou conhecimento científico sobre ele poderá tirar conclusões, ainda menos projeções, a nível de relação necessária. Nesse campo, não passamos de conjecturas probabilísticas. E, ainda que vejamos algumas com evidentes maiores condições de realizar-se, não se pode ter certeza do efeito de nenhuma conjuntura presente. Assim, o termo *subdesenvolvimento* poderá, em algum tempo, tornar-se mais inadequado do que o termo *latina*, para definir o contexto.

Verdade que a condição de subdesenvolvimento, a par da situação geográfica, é o traço de união e identificador da chamada América Latina. É essa condição global de subdesenvolvimento que a identifica como um todo e lhe dá as características. Faz parecidos seus problemas. Aproxima suas aspirações. E é de indagar-se até se uma vez superada a barreira da pobreza, não tenderá a desaparecer a América Latina como um todo diferenciado, principalmente quando os efeitos da comunicação cultural tendem a tor-

nar cada vez mais universais as características das sociedades.

De qualquer sorte, porém, o termo *América Latina* tem, hoje, foros de cidade. Como identificador dessas duas dezenas de países que formam a parte subdesenvolvida das Américas, ela é a de maior comunicação. E, como esse trabalho não visa a precisar conceitos, mas apenas esclarecê-los, para uso simplesmente operacional, adotaremos a denominação tradicional, mais pela conotação que ela possui do que por suas virtudes definidoras.

## **2. AUSÊNCIA DA AMÉRICA LATINA NO CONTEXTO MUNDIAL**

Rigorosamente, ausência quase absoluta. Não se pode deixar de reconhecer que o nosso subcontinente quase não tem ação de presença no contexto mundial. Para o resto do mundo, não temos história. Podemos, até, sem erro, definir nossa ausência como incomparavelmente maior do que a de quase todo o resto do mundo. Somos um subcontinente desconhecido e sem voz, no contexto internacional. Temos bem menor presença do que outras áreas cuja unidade se faz por igual característica de subdesenvolvimento. Por exemplo, o Oriente asiático e a África negra. Mesmo a África negra, com menor cultura e tradição do que a América Latina e condição de subdesenvolvimento mais trágica, em grande mancha de sua exten-

são, é mais presença ativa e objeto de preocupação mundial do que toda a extensão da América Latina, mesmo hoje em dia, quando, inegavelmente, nossos vizinhos marcam mais intensamente sua individualidade nacional.

Há um conjunto de causas que tem levado a esse efeito. Causas econômicas, causas culturais, causas sociais e políticas e até mesmo a raça, a língua e a situação geográfica dos países que a integram. Aqui, neste artigo, não pretendemos mais do que alinhar algumas idéias a respeito desse conjunto de causas e fixar alguma idéias a respeito. Evidentemente, apenas isso não justificaria a pretensão de um artigo universitário, se não houvesse por trás dele um objetivo que é um dever: fixarmos uma linha de preocupação relativamente ao conhecimento da realidade latino-americana. Enfim, o convencimento de que justamente esse desconhecimento, a um tempo fruto e causa do fracionamento da América Latina, é que devemos nos esforçar por que seja superado.

## **3. OS FATORES DE DESUNIÃO**

Já mencionamos a falta de um conceito abrangente bastante para significar o contexto da América Latina. Isso não elude a evidência de que ela constitui uma unidade em vários sentidos. Esses pontos de contacto, entretanto, até hoje

— em que pesem alguns alentadores indícios de que isso está por ser superado — não conseguiram realizar uma união política e econômica, nem mesmo uma divulgação bastante da América Latina entre os latino-americanos. É constatação comum a de que estamos, em termos sociais, culturais e políticos, muito mais próximos dos Estados Unidos e da Europa — e até mesmo conhecemos mais de muito boa parte do resto do mundo — do que dos nossos vizinhos latino-americanos. Só recentemente, e isto por via de crises políticas mais profundas, é que nossa população de nível não-universitário passou a ter conhecimento de alguns detalhes sobre nem todos os países latino-americanos, boa parte deles fronteiriços do Brasil. Como que se descobre, agora, a América Latina.

As razões dessa falta de unidade são muito complexas para delas se fazer um esquema sucinto. Mas, dentre todas, parece avultar o fato de os países latino-americanos não terem superado o estágio de subordinação externa — não a nível político-jurídico, mas a nível político-econômico e cultural. Os vínculos de união, nesse sentido, são por demais esgarçados para resistirem ao efeito contrário dos interesses dominantes, que sempre usaram, para com a América Latina, o esquema de dividir para dominar economicamente.

Isso criou, na América Latina, a desunião, a tal ponto que se

transformou em desconhecimento puro e simples entre vizinhos — a forma mais extrema de desagregação. Vizinhos geograficamente, irmãos de origem, de história, de raça, de língua, simplesmente não se sentem motivados a travarem relações mais fundas. Praticamente os vínculos se resumem a nível diplomático, sem participação da consciência nacional e nem mesmo da "intelligentsia". Só há pouco tempo, os Estados latino-americanos se deram consciência de que constituíam um contingente internacional próximo a utilizável, por isso mesmo, como força diplomática, e um mercado ponderável sob o ponto-de-vista econômico, e se iniciam contactos no sentido de somar as forças esparsas. Ainda assim, o primeiro passo nesse sentido — a ALALC — não tem tido a força suficiente para afirmar-se e completar sua missão, arrastando-se nos estágios ainda iniciais. E nesse ponto, é preciso se levar em conta que existe o perigo de enveredar-se por um caminho extremamente danoso: a criação de blocos dentro da América Latina, por exemplo o Bloco Andino. O que há de significativo, demonstrando a falta de participação nossa em relação aos novos movimentos que vêm modificando a realidade latino-americana, é que o Brasil não pertence a nenhum desses blocos. E, assim, em termos populacionais como territorial e relativamente ao balanço do poder econômico, torna-se blocos minoritários, unilaterais.

Não se deve esquecer, ainda, o perigo ideológico como barreira nova, mas nem por ser nova de menor gravidade, aspecto que referiremos mais tarde. Aludimos ao perigo de se aprofundarem os aspectos marxistas do governo Allende, o perigo de que o Chile venha a sofrer barreiras e se tenda a seu afastamento da comunidade, assim como Cuba de Fidel foi expulsa do sistema interamericano.

Ainda na ordem ideológica, como fator de desunião, existe a possibilidade de ampliação da área de atritos, agora que a América Latina parece mais permeável à luta entre os dois mundos. Trata-se, evidentemente, do perigo de se renovar, até sob forma provavelmente de maior subordinação, a dependência de grupos de Estados latino-americanos a potências estranhas.

Este, aliás, é o cerne dessa falta de unidade latino-americana. Se de algum modo se reconhecem os fatores de agregação e até a relativa identidade entre os Países integrantes da América Latina, não se procurou, até os últimos cinco anos, uma forma de agregação entre os iguais. E justamente o fato de a reunião dos Estados latino-americanos se fazer historicamente, através dos interesses não-comuns a eles, na dependência dos interesses de uma potência dominante e não-pertencente a seu contexto é o fator de maior significação e mais prenhe de efeitos, quanto ao desconhecimento mútuo entre os latino-americanos. O Brasil,

para citarmos ainda aqui apenas um exemplo, tem vivido secularmente de costas voltadas para o resto da América do Sul. E, seguramente por mais de 130 anos de sua independência, conservou-se apenas encontrando motivos de separação e não de comunhão com seus vizinhos geográficos e de origem.

Isto tudo se deu porque os interesses dos países latino-americanos se voltavam para fora e não para dentro da América Latina. Historicamente, para os países ibéricos que nos colonizaram. Posteriormente, para a França e Inglaterra, as duas potências européias. Por fim, e principalmente neste século, para os Estados Unidos. E, se este é mais perto de nós, em termos geográficos, em outros termos estão afastados da América Latina tanto quanto os antigos Estados-Metrópoles. E com o agravante de que a proximidade territorial gera efeitos geopolíticos, não só por nos conservarmos mais vulneráveis à influência mais próxima mas também porque nosso Continente é considerado área de segurança norte-americana.

Até bem poucos anos, e somente em nossos dias, em termos mais delineados, os países latino-americanos se viram englobados numa união artificial (a Panamericana), que não só serve a interesses múltiplos como também gira em torno dos interesses norte-americanos, predominantemente. E como este é o pólo, os demais, ao invés de se entenderem, voltavam-se contra si, por-

que só se consideravam-se irmãos, na doutrina panamericana, para efeito de afastar influência de fora das Américas. Quanto ao mais, a América Latina, ao invés de procurar somar, dividir-se, pois, mesmo na OEA, figuravam apenas como competidores frente ao mercado norte-americano e aos pretensos favores vindos de Washington.

Países de economia caudatária, essa situação, em organismo como a OEA, tornou-se institucionalizada. É fator não só que impede a união latino-americana, pois todos, afinal, quase que se ligam em relação a ponto de referência externo, como também é, evidentemente, fator impeditivo da presença latino-americana no mundo. Essa condição dá-nos características de caixa de ressonância que têm os mercados completamentares. E nos condiciona em quase todos os aspectos da nossa vida sócio-cultural, desenhando-nos o figurino do subdesenvolvimento global e anciliar.

#### **4. CONDICIONANTES GERAIS NEGATIVOS**

Dentre os fatores condicionantes impeditivos da presença afirmativa latino-americana no contexto mundial talvez o principal já tenha sido lembrado: a própria desunião entre os países membros tira ao conjunto a força que lhe permitiria impor-se como um grande mercado e unidade produtora ponderável. Há outros, entretanto, talvez tão importantes ou mais do que aquele,

que condiciona a cada um dos países latino-americanos como a América Latina, como um todo. Fatores que condicionam a própria imagem da América Latina, como um todo. Se encararmos com frieza a pergunta: "Como somos vistos pelos que não pertencem ao nosso contexto?", veremos que a resposta não será alentadora. Fora alguns depoimentos individuais, onde fala mais a sensibilidade artística ou a boa-vontade de predizer um futuro brilhante à massa dos hoje deserdados, o homem comum percebe a presença da América Latina apenas como um conjunto de hecatombes, desorganização social, insegurança política, atraso cultural e econômico. Notícias do nosso hemisfério geralmente comunicam tragédias, fatos negativos e, nunca ou quase nunca, um feito positivo e afirmativo da presença latino-americana. Se, entre nós, os latino-americanos nos desconhecemos — e existe, até, o mau-gosto refinado de nos desprezarmos mutuamente —, fora das nossas fronteiras somos ainda mais destrutados.

#### **4.1. NOSSA IMAGEM POLÍTICA**

Nossa imagem política, decididamente, não nos ajuda: somos conhecidos como uma região que politicamente vive em sobressaltos, onde a instabilidade política crônica retrata fielmente a falta de amadurecimento econômico e cultural do povo, como da elite dirigente. A par de servir de

nota amarga e decepcionante, a estatística de "pronunciamentos", golpes e revoluções frustradas havidas na América Latina retratados como povos incompetentes para sêrmos ouvido no contexto mundial, mesmo porque os governos quase nunca mantêm a legitimidade integral do poder, que repousa num mandato certo em duração e não contestado e ameaçado. A condição para afirmar-se internacionalmente e fazer-se valer dos governantes latino-americanos, assim, é bem diminuída — sem contar-se com o fato de que, em têrmos de política interna, essa própria insegurança limitada de muito a faixa de poder, resultando de tudo governos emasculados, como regra geral, governantes que buscam manter-se pela virtude perigosa e muitas vêzes contestada e infrutífera do meio-têrmo e do compromisso.

A origem não-democrática de governos latino-americanos é, sem dúvida, um grande fator negativo. Sobretudo, porque não se originam suas administrações de nenhum sistema próprio, senão o assistemático e imprevisível jôgo de influências não-populares. Quando estamos numa época em que a legitimidade do poder se funda na sua origem e forma de exercício democrático, a ausência dêsses padrões de legitimidade concorrem mais ainda para não fortalecer os governos constituídos fora dêles.

Ajunta-se a isso o fato de que os regimes latino-americanos não têm ideologia própria nem outro programa senão o de atenderem

a conjunturas e procurarem solucionar-las. Isso, em regra geral, é sintomaticamente um fator que esta sendo paulatinamente superado, indicando o comêço da maioria latino-americana. O que até há pouco se via, entretanto, eram administrações sem dinamismo (e, aliás, também sem terem condições de assumi-lo, dadas as suas contradições internas) e, portanto, sem capacidade de afirmação.

Tudo isso e mais os efeitos das nossas condições globais fizeram na América Latina fácil campo de manobra da guerra fria. Inicialmente, importamos, com todos os prejuízos das campanhas propagandísticas, aquela versão que, sôbre o assunto, o país líder das Américas nos exportava. E, como decorrência, o jôgo derivado da competição entre não-comunistas e comunistas não teve, em parte nenhuma do mundo (nem mesmo nos Estados Unidos, exceto no intervalo curto do Macartismo), a influência marcante que teve na América Latina. Isto porque, em suma, éramos considerados nações que se precisava preservar de influências externas e, sobretudo, uma região potencialmente explosiva. Daí os aspectos de dramaticidade de que se revestiu a competição entre Washington e Moscou, aqui pintada sempre com preto-branco destinada a impregnar tôda a nossa política e condicionar nossa economia. O que em outros países era inteligentemente usado como forma para composições e jôgo diplomático, na América La-

tina, quase até hoje, tornara-se posição ética e escolha definitiva e incondicionada. Em resumo, submetida a essa posição rígida (que é, por excelência, negação da diplomacia sábia), a América Latina se viu, por muito tempo, condenada a uma posição de política externa subserviente: falava o líder das Américas, os latino-americanos formavam o côro. Posição que, por si própria, destinava a América Latina a ser apenas uma sombra em escala diplomática e escondia dos demais a presença dos nossos países no palco internacional.

#### 4.2. NOSSA IMAGEM ECONÔMICA

O retrato econômico da América Latina, por sua vez, não é de molde a modificar essa impressão desalentadora de que desfrutamos no Exterior. Temos uma região das mais pobres do globo, uma economia global sem vitalidade maior, quase uma apatia e profunda dependência em relação a mercados externos. Essa é uma das condicionantes mais fortes da nossa falta de prestígio internacional. E é agravada pelo fato de, tradicionalmente, em parte por decorrência da Doutrina Monroe e de seu espírito, têmos entregue nosso destino econômico predominantemente a um mercado, o norte-americano, que passou a ser foco das decisões econômicas e, por via de consequência, também política, em boa parte, da América Latina. Em

que pese estarmos iniciando movimento no sentido de diversificação das exportações para outros mercados, êsse movimento é ainda muito recente para dar frutos maiores. Mas é significativa a receptividade que êle tem encontrado por parte de mercados importantes, inclusive do M. C. E., o que nos abre alternativas promissoras.

Como resultado de tudo isso, o investimento na América Latina é visto como um risco maior, ao mesmo tempo que o subcontinente se vê pressionado facilmente de fora e vulnerável à voracidade. E daí decorre sumamente danoso para o nosso desenvolvimento, que é a remuneração que temos de pagar pelos investimentos externos em nossa área: êles se fazem retribuir como capital de risco, a juros altos e reversão acelerada do capital investido.

Disso tudo, como resultado, temos investimentos que não criam raízes em nossa região e uma atividade muitas vezes predatória de nossa economia, a um tempo colaborando para o nosso empobrecimento e, de outro, porque êsses investidores para manter-se em alta remuneração, necessitam veicular o clima de insegurança relativo da A. L., ainda portadores dessas versões mais pessimistas sôbre os latino-americanos e suas instituições, quando não colaboram, direta ou indiretamente (como há casos históricos comprovados), para essa insegurança político-social.



#### 4.3. NOSSA IMAGEM SOCIAL

Por seu lado, o retrato social da América Latina não é melhor. Infelizmente, devido mesmo às condições de subdesenvolvimento em regime capitalista, vivemos num contexto onde as classes sociais guardam uma profunda distância entre si. A um pequeno extrato de homens muito ricos, responde uma classe média relativamente exígua e muito distanciada das duas anteriores, vamos ter, afinal, a classe baixa, cujo estrato mais extremo em pobreza vamos encontrar entre o campesinato, vítima de um acúmulo de erros e de uma situação até insensata de conservar-se, a tal ponto que essa estrutura social se torna potencialmente o maior perigo para as instituições latino-americanas, vindo a ser eminentemente o motor da própria insegurança e instabilidade política de que já analisamos os efeitos.

Estamos, na América Latina, com uma estrutura social francamente inadequada aos tempos que correm, ainda remanescente de estruturas pré-capitalistas, principalmente no campo, onde existe, já fartamente diagnosticada, uma situação potencialmente explosiva e injusta, sobretudo, urgindo pela reforma agrária, programa de todos os governos e revoluções latino-americanas, sem que se torne efetiva.

Mas, nesse ponto, toca-se numa outra característica latino-americana, embora não tão ge-

neralizada: é a de que as situações, ainda que carregada de explosividade, vêem-se, comumente, resolvidas pelo compromisso, que não é apanágio apenas brasileiro, se bem que aqui se tenha institucionalizado como o "jeito", mas de toda América Latina — ou melhor, de toda comunidade que se vê submetida a um tipo de subordinação não-evidente e a decisões vindas de fora, mas suficientemente camufladas para que pareçam ser tomadas pela coletividade.

#### 4.4. NOSSA IMAGEM CULTURAL

Soma-se a isso uma vida cultural passiva — pois a comunidade latino-americana é antes consumidora do que produtora de cultura, devido, principalmente, ao fato mesmo do subdesenvolvimento global de que somos vítimas, mas também em decorrência de um conjunto de fatores que já vimos examinando ou que mencionaremos mais tarde. O que, evidentemente, nos tira a oportunidade de uma presença marcante no mundo, desde que não fazemos mais do que refletir, muitas vezes e usualmente com atraso de década, idéias e movimentos de fora. Até mesmo em nossas universidades, que refletem mais do que lideram a sociedade, quase não há atividade culturalmente criadora por excelência e mesmo a transmissão de conhecimentos muitas vezes para com atraso em relação aos novos movimentos e idéias que pulsam

fora. Para isso influi muito, não se pode negar, a própria estrutura mental desenvolvida no trato de instituições sócio-econômicas ultrapassadas, bem como a necessidade que têm os estratos superiores de uma sociedade rígida de gerar a suspeita sobre qualquer coisa de nôvo. Em consequência, existe, mesmo, a formação de uma mentalidade tendente à estagnação e ao acomodamento.

E povos assim votados à conservação de estruturas arcaicas, estruturas essas que, por inadequadas ao movimento vigente, estão sempre ameaçadas e que vivem ameaçadas como resultado da injustiça dessas estruturas, por instabilidade política, não são povos capazes de fazer história nem mesmo de estarem presentes no contexto mundial. Só recentemente, desde quando o imobilismo sócio-econômico da América Latina se vem quebrando, é que se pode começar a vislumbrar um início de presença latino-americana no mundo exterior. Mas contra si tem a América Latina êsse retrato por todos os títulos negativos que acabamos de esboçar, a que se somava uma evidente falta de vitalidade dos latino-americanos, que forma alguma nos granjeava o respeito nem mesmo a atenção mundial. Somos uma região olhada por outros como habitada por povos que não souberam traçar sua história e que até hoje não têm objetivos comuns válidos e bem definidos em busca dos quais devem marchar.

## 5. A AMÉRICA LATINA E O RESTO DO MUNDO SUBDESENVOLVIDO

Pode-se dizer que o retrato até agora traçado não é mais do que a face comum de todos os povos subdesenvolvidos, pelo menos até certo ponto. Não há dúvida de que existem muitos traços comuns, que apenas assumem certas características próprias derivadas, mesmo, da particularidade dos casos. Mas, se compararmos a presença da América Latina com a de outras partes do mundo subdesenvolvido, vamos ver que ela é muito menor do que a deles. Iremos notar que, até hoje, nos foi reservado um papel muito menos brilhante no fóro internacional.

Se lermos a pauta de trabalhos da Presidência ou do Congresso norte-americanos, constataremos que a preocupação com nosso subcontinente é ali muito menos presente do que em relação à África, Ásia e Oriente Médio. E a América Latina é a área de onde os Estados Unidos estão mais próximos. Ainda o Governo Kennedy, que atendeu aos primeiros movimentos de autoafirmação latino-americanos criando o programa especial denominado Aliança para o Progresso, estêve muito pouco preocupado com nossa região, em contraste com a atenção dirigida para as outras partes subdesenvolvidas do mundo. Isto se, de um lado, denota a falta de afirmação regional, a ponto de não solicitar preocupações, de outro

lado fortalece o entendimento de que a América Latina é uma região onde, simplesmente, não acontecem coisas que chamem a atenção do Exterior, pela apatia quase absoluta que vinha reinando em nossa região. Enquanto isso, a Ásia, o Oriente Médio e a África formam no primeiro plano das cogitações internacionais, porque em todas elas, por erros ou acertos, tínhamos povos decididos a escolher e procurar seu próprio destino.

### 5.1. A AFRICA

Em relação à África, por exemplo, encontramos vários fatores de coesão que não estão presentes na América Latina, coesão essa que forma um esforço de entendimento supranacional capaz de conduzir as unidades nacionais fracas a uma afirmação global respeitável.

Dentre esses fatores avulta, por contra-senso que pareça, a sobrevivência, até nossos dias, do colonialismo jurídico, em termos de manutenção de Estados coloniais por parte de potências européias, no Continente negro. Pelo contrário, na América Latina esse colonialismo institucionalizado em termos jurídicos não está presente desde o século XIX, nos principais países. Pequenos núcleos remanescentes existiram em nosso século e ainda existem, mas em termos minoritários, não como realidade presente, como na África, numa grande mancha. Isto teve duas conseqüências importantes: primeira, engendrou

entre os africanos uma consciência de união entre as ex-colônias contra a dominação externa, em alguns casos tendo sido até necessário movimentos emancipacionistas em nossos dias, cujo ardor, assim, ainda não foi esquecido e que se pode utilizar com facilidade. A América Latina, pelo contrário, vê-se sob uma forma de subordinação não institucionalizada juridicamente, o chamado neocolonialismo econômico, forma de dominação muito mais sutil, menos evidente e por isso mesmo menos demonstrável na prática e, como conseqüência, menos gerador de contestações. O fato, portanto, de a América Latina, no grosso de sua comunidade internacional, se ter visto livre do colonialismo jurídico ainda no século XIX deu a nós uma impressão de liberdade e soberania que somente há pouco tempo está sendo colocada em xeque, que só agora está sendo discutida, ainda assim apenas em certos círculos, e com argumentos que nem todos aceitam. Principalmente porque não é do interesse internacional a condenação dessa nova forma de condicionamentos de Estados a outros. Além disso, essa atitude vem sofrendo resistências e sendo olhada com desconfiança desde quando partiu dos comunistas a denúncia dessa realidade. Mais recentemente, e só muito recentemente, a rigor, estamos vendo a desmitificação desse assunto, a tese sendo retomada por regimes nacionalistas até da direita.

Outro fator que tem sido fa-

vorável à África é o de aquêlê Continente ter estado ligado à Europa e a países que, já hoje, por vários acidentes históricos e pelas condições atuais de desenvolvimento, não mantêm a supremacia mundial, como os Estados Unidos. Disto resulta que não estão êsses países africanos submetidos a potências dominantes no contexto mundial. Sobretudo, não se gera o tipo de condicionamento como o que temos para com os Estados Unidos que, além de todo poderoso, é nosso vizinho muito próximo. Nem muito menos se vêm êles submetidos a um tipo de domínio muito mais rígido como o que a URSS exerce sôbre os países da Europa Oriental, até hoje submetido à sua mão-de-ferro, a tal ponto que quase não existe, já, principalmente depois da Doutrina Brezhnev, resquícius de responsabilidade à autonomia nacional. Exemplos dessa dominação odiosa temos com a dominação sôbre a Hungria e a Tcheco-Eslováquia, mesmo o caso da Polônia, cujo govêrno se encontra, hoje, evidentemente comandado desde Moscou, como consequência de recentes levantes populares. Naquela região tôda, chamada Europa Oriental, além da neocolonização econômica, exerce-se, com mão-de-ferro, o colonialismo quase que aberto, sob alegação de que se precisa manter a unidade ideológica pura, que exige subserviência.

Em contraposição, portanto, o fato de a África ter sido submetida a potências européias hoje decadentes em têrmos relativos

faz com que ela não seja uma região em subordinação econômica tão grande como a em que se encontra a América Latina. A própria falta de condição de presença dominante por parte das ex-metrópoles, somada aos ressentimentos da recente colonização, facilitariam, assim, à África, uma personalidade mais afirmativa, não só porque lhe indicou o caminho da unidade, como também porque lhe deixou uma área de jôgo diplomático com que a América Latina não pode contar.

Ainda temos que somar a êsse, porém, um outro fator de enorme significação integracionista: o fator racial, em relação à África negra, que é o grande subcontinente subdesenvolvido que guarda conosco similitudes. A raça negra sente na pele o fato de ser considerada, por muitos, como inferior. Isso dá aos africanos mais uma razão de coesão, descobre similitudes entre êles e os opõe aos brancos. A situação de inferioridade a que os negros são relegados dá-lhes novos desejos de auto-afirmação e o fato de serem conservados à margem da miscigenação acentua-lhes a identidade. A história da África negra, assim, vai marcar-se, como até hoje tem sido, pelo desejo e até pela necessidade de auto-afirmação. Enquanto isso, na América Latina, não temos êsse *background* racial, êsse respaldo para a união; as nações da América Latina são hoje produto de miscigenação racial descaracterizada e são levadas mais a escondê-la do que a afirmá-la. É uma tendên-

cia natural aos miscigenados essa de, como a classe média, descaracterizar-se e procurar antes a imitação do que a afirmação. Como consequência, o fator racial não tem sido, na América Latina, positivo, como na África, ainda mais porque o perfil racial latino-americano não é imutável, tendo-se composições éticas diferentes nos países do Extremo Sul, no Brasil e em outros países latino-americanos.

## 5.2. O ORIENTE MÉDIO

Do Oriente Médio podemos dizer que suas próprias crises e dificuldades internas, muito maiores do que as nossas, têm sido o fato gerador, por excelência, de sua identidade global. Suas riquezas petrolíferas fizeram a dominação jurídica desaparecer mais tarde do que entre nós, com idênticos efeitos aos trazidos na África. Mas, aqui em grau maior do que globalmente na África negra, as riquezas petrolíferas aguçaram mais imediatamente os desejos de dominação estrangeira e chamaram para dentro da região as empresas petrolíferas internacionais, por si só potências políticas. Mas, por isso mesmo, a consciência de povo dominado foi muito mais fácil de despertar entre os árabes. E também o fato de estarem ali mesmo presentes interesses europeus do que norte-americanos tem deixado àquela região um campo de manobras bem mais extenso do que a América Latina, tem ainda mais possibilidade por sua situação

geográfica, longe dos grandes centros de decisão internacional.

Também aí vamos nós encontrar fatores similares aos que facilitam a coesão africana e impeçam a nossa. Assim, o fator racial. Os árabes têm a seu favor, mais do que os africanos, uma raça pura, dona de uma tradição cultural que se identifica com seus limites e que se precisa conservar. Além da raça, portanto, têm os árabes uma religião diferenciadora e influente e uma cultura impregnada de caracteres diferenciadores em relação ao Ocidente. Traços esses que dão aos árabes um feito muito próximo às características de nacionalidade. Mais ainda que os africanos, os árabes, uma quase-nação bem definida, têm hoje em dia condições acumuladas para acharem um caminho comum.

Coesão a um tempo facilitada e dificultada pelo fato de Israel ter chegado a fundar um Estado naquela região. O fato foi prelude de consequências para os povos árabes. Se, por um lado, tornou-se dominantemente condicionante e prejudicial a seu desenvolvimento, por outro se constituiu num fator de agregação entre nações novas que não encontraram, até hoje, a melhor forma de convivência. Além do mais, veio a fundação de Israel aprofundar sentimentos nacionalistas e panárabes e, ao mesmo tempo, fez voltar para o Oriente Médio as atenções de todo o mundo. Evidentemente, não se pode afirmar, *a priori*, quais os efeitos fi-

nais da presença do Estado de Israel em terras antes ocupadas pelos árabes. Mas não se pode negar que, ao lado das conseqüências negativas, trouxe efeitos positivos para a integração do mundo árabe e poderá, ainda que pela lógica dos absurdos, despertá-los para uma presença mais afirmativa, como, de resto, já o fêz, inclusive tornando-o ciente de sua individualidade e ávido de afirmação internacional, além de incentivá-la a uma abertura maior frente aos dois mundos. Isso, entretanto, poderá ser, a curto e médio prazo, alterado, devido a infiltração soviética no mundo árabe e à falta de perspectiva da política ocidental de referência a esses povos. Assim se desenvolvendo os raciocínios, a presença israelense tem sido positiva em relação à autodeterminação dos árabes e poderá vir a aprofundar esse efeito.

### 5.3. O MUNDO ASIÁTICO

Em relação à Ásia, os fatos dominantes são muito mais positivos em conseqüências do que na América Latina. Com efeito, a Ásia tem a preservar uma cultura milenar, construída sobre pressupostos diferentes da cultura ocidental e que não foi destruída em contacto com os invasores e dominadores, como foi a cultura indígena latino-americana. O mundo asiático guarda nisto extrema semelhança com o mundo árabe, mantendo, entretanto, se se pode traçar um divisor nítido entre eles, uma contextura muito

mais densa, uma profundidade cultural muito mais evoluída e diversa da ocidental. Por esse prisma, portanto, a Ásia está bem armada para resistir à aculturação e à dominação cultural do Ocidente, ao mesmo tempo que isso constrói uma barreira distinguidora entre a Ásia e a URSS, a potência que mais próximo se encontra do mundo asiático, dominando-o em parte, através as extensas mas rarefeitamente povoadas estepes da Sibéria. Mas a União Soviética, ao mesmo tempo que assumiu papel de importância no mundo moderno, ocidentalizou-se e, *pari passu*, afastou-se da cultura oriental, onde já não se integra. Trata-se esta, ademais, de uma cultura que tem forte acervo de que se orgulhar, uma tradição de pensamento filosófico denso e original e uma contribuição imensa ao patrimônio da humanidade. Ali, por exemplo, vamos encontrar as primeiras teorias políticas, teorias que, muitas vezes, guardam boa parte da atualidade. Uma cultura, portanto, que é motivo de identificação e orgulho entre os povos orientais.

Mas é preciso reconhecer-se que a Ásia, ao lado desses fatores positivos, está longe de integrar-se. Em grande parte, porém, devido a fatores conjunturais que, se bem profundos hoje em dia, a longo prazo talvez não resistirão aos fatores básicos da estrutura dos povos asiáticos. Referimo-nos ao fato de a Ásia ser, hoje, palco do mais grave choque de influências que dege-

neram, não raro, como no Sudoeste asiático, em sangrentas e seculares guerras. Mas, ainda que não aproveamos a ideologia que se alastra, a olhos vistos, no Continente asiático, em termos fácticos, temos que reconhecer que, ao contrário da América Latina, a Ásia marcha por seus próprios pés, já definiu suas metas e objetivos e escolheu, em boa parte, o procedimento que terá que seguir para alcançá-los. E se uma parte da Ásia (a própria China e seus satélites) tomaram o rumo do marxismo-leninismo, também encontramos ali países como a Índia, a quem pensadores como Toynbee reconhecem o papel de sintetizadora das culturas ocidental e oriental. Podemos discutir, bem verdade, o alcance objetivo dessa predição (e somos, pessoalmente, avessos a prospecções em ciências sociais, especialmente em âmbito assim global e tão amplo), mas devemos reconhecer que a Índia, por si só um subcontinente poderoso e prenhe de possibilidades, carregando ao mesmo tempo a cultura milenar oriental e absorvendo, aceleradamente, a cultura ocidental, já é uma presença, por si só, muito mais afirmativa e fecunda, do que a da América Latina, especialmente pela ampla margem de jôgo diplomático que se reservou e que elimina, em consequência, dominação de um dos grupos nacionais de interesses exclusivos sobre seu destino nacional.

Esta capacidade de relativa autodeterminação derivou de um fato que já referimos em relação

igualmente à África e ao Oriente árabe, que é o de a colonização daquela região, vinda até nosso século, fazer-se por intermédio de potências européias, de cuja influência é muito mais fácil qualquer país reservar-se do que em relação a uma grande potência.

A Ásia, sobretudo, pode usar, ou para efeito sincrético ou para objetivos isolacionistas, a sua própria civilização mística e simbólica, a ética própria e a estrutura do pensamento diverso do Ocidental para conseguir, através dêle, firmar seu próprio ente internacional. E isso tudo respaldado pelo fator racial, que traz para os asiáticos uma diversidade antropológica em relação aos povos ocidentais e lhes dá igualmente um sentimento de povo à parte, uma raça vítima ainda hoje em dia de preconceitos (se bem que em menor grau do que em relação à raça preta, mas forte bastante para criar resistências e vontade de afirmação), mas orgulhosa de seus próprios feitos bastante para não aceitar submissões.

Há, portanto, muitos e importantes fatores de aglutinação no mundo subdesenvolvido asiático, mas existem, igualmente, fatores de segregação, dentre êles o principal sendo a falta de união igual, o desejo de dominação de uns sobre outros e a profunda divisão ideológica que separa os Estados da Ásia. Além disso, certos ódios reminiscetes de divisões nacionais dirigidas de fora ou mais profundos, quando en-

raizados em tradições às vèzes milenares, porém não fortes bastante para impedirem, eventualmente, uma aliança baseada em raça, cultura, religiões próximas e estrutura de pensamento e comportamento social, *folkways* e costumes comuns.

## 6. A TENTATIVA DE UNIÃO

E curioso e profundamente negativo para a América Latina, como um todo, e sobretudo para sua afirmação como região dotada de características próprias o fato de só se ter ela unido através de terceiros. E que isso tenha resultado, sobretudo, de uma união entre desiguais como é a OEA. Já mencionamos o fato de ela ter levado, contrariamente ao ideal ficando que a inspirou, a uma organização que só encontra um traço comum: a dependência de todos os países latino-americanos em relação ao gigante do Norte, os Estados Unidos, que nem econômica nem sociologicamente, nem culturalmente, nem por origem guarda semelhanças com a América Latina. Esse, temos visto por toda essa dissertação, é talvez o principal fator desagregacionista para a América Latina.

Como resultado dessa correlação de interesses unilateralmente convergentes, temos que os Estados Unidos, que nos são mais estranhos, conhecerem melhor a América Latina, do que os latino-americanos se conhecem entre si. Podemos, mesmo,

dizer que, ainda hoje, a América Latina é um Continente que não se conhece a si mesmo, a não ser via Estados Unidos. De lá é que, normalmente, nos vêm os estudos mais densos sobre nossa realidade subcontinental. Mesmo porque nos Estados Unidos é que se formam os especialistas sobre América Latina. Entre nós, isso quase não se faz ou se efetua num grau irrisório.

De certa forma, quanto ao Brasil, isso se explicaria (embora não se justificasse) pelo fato de nos constituirmos numa civilização racialmente; lingüisticamente é de notar-se, por exemplo, a barreira lingüística que os de fala castelhana alegam em relação aos brasileiros. Terá isso conotação política? E até mesmo culturalmente, até certo grau, diferenciados dos nossos vizinhos. Por sêmos, também, uma civilização que se desenvolveu na costa marítima e afastada do resto da América Latina por milhares de quilômetros de terra desabitada, pela floresta amazônica e pelos Andes, em boa parte de nosso território. Mas isso não existe em relação a países vizinhos de raça idêntica, de origem igual, de língua comum e de vizinhança chegada como são os latino-americanos que formam a América Hispânica. Devemos, pois, encontrar não aí a explicação desse desligamento recíproco — mas, como já dissemos, nos já mencionados fatores externos, sobretudo no fato de nos constituirmos mercados de exportação não-interna para a região,



mas complementares e dependentes da falência da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), de inspiração externa e que reconheceu, talvez apressadamente demais, a não-complementariedade dos mercados latino-americanos. O certo, porém, é que a ALALC ainda não deu passos significativos à frente nem tomou uma atitude bastante dinâmica para que possamos esperar, a curto prazo, que se torne agência de integração e desenvolvimento da América Latina. Sobretudo, talvez se pudesse esperar mais da ALALC, se concentrasse seus esforços não no sentido de fazer da América Latina um mercado consumidor dos próprios produtos, mas uma entidade produtora capaz de, unindo-se em conjunto, forçar o melhor mercado externo para suas mercadorias.

## 7. OS NOVOS HORIZONTES

Estamos, hoje, entretanto, diante de outros horizontes, muito mais otimistas, para a América Latina, em que pese à conservação de todos esses fatores desagregacionistas e da fraqueza dos fatores que levariam ao agrupamento dos países latino-americanos.

### 7.1. DERRUBANDO TABUS

Para isto tem contribuído, imensamente, a tomada paulatina de consciência da América Latina de suas potencialidades

comuns e de que não pode esperar melhores frutos do sistema de união desigual e em torno de um país de características diferentes, como se vinha tradicionalmente fazendo. Para chegarmos a isso, tivemos a providencial ajuda dos organismos da ONU, principalmente a CEPAL, que vem fazendo estudos admiráveis sob o ponto de vista de sua seriedade científica e do descompromisso ideológico ou *partipris*. Assim, através de seus estudos, a CEPAL derrubou dois tabus que, através da propaganda sistemática, eram aceitos como fatores providenciais mas que foram comprovados como prejudiciais para nossa economia. Primeiro, levou-nos a CEPAL à redefinição do conceito de "ajuda externa" e à comprovação de que ela foi, em relação à América Latina, quase sistematicamente usada como uma fórmula capaz de garantir mercado externo para produtos dos países desenvolvidos e em detrimento da própria economia latino-americana, que se endividava paulatinamente a juros às vezes altos e perdia, paulatinamente, sua capacidade de decisão relativamente a seus negócios. A "ajuda", quando assim feita, tinha preferentemente e quase só os efeitos de garantia de exportação de produtos às vezes gravosos nos países de origem e de aumentar o endividamento da América Latina.

O outro tabu que foi derrubado recentemente é o da contribuição dos investimentos estrangeiros nos países latino-america-

nos. Não podemos negar, quanto a êstes, quando bem orientados, seus frutos positivos e até sua necessidade. Mas, recente estudo da CEPAL concluiu que 95% dos investimentos produtivos em relação à economia dos países de nossa área provêm de origem interna. O enriquecimento da América Latina só deve ao capital externo, assim, 5%. E vem da mesma fonte estatística que comprovam o acelerado retôrno dos capitais externos na América Latina, a tal ponto que êle se tornou, em termos globais, mais um fator de descapitalização, desde quando a saída de capital estrangeiro é mais volumosa do que o total dos investimentos de fora.

## 7.2. OS NOVOS REGIMES

Em tôrno dessa nova realidade é que se vêm afirmando os novos movimentos nacionalistas de cunho militar recentemente inaugurados em nossa região e que, efetivamente, se vêm apresentando com características marcadamente diferenciadas de anteriores golpes e "pronunciamentos" comumente descaracterizados. Por ordem de importância, devemos mencionar o Peru, Bolívia e Equador. Principalmente, devemos menção aos dois primeiros, onde os militares exercem um papel nôvo de líderes nacionalistas conseqüentes.

O papel dessas novas lideranças poderá ser decisivo para a América Latina, pois representam, no fundo, posições necessá-

rias para a afirmação de nosso subcontinente, trazendo, consigo, a vantagem de, principalmente o regime peruano, ser imune a acusações ideológicas por parte dos países ocidentais.

O mesmo não acontece, porém, em relação à Bolívia, cujo regime tem sido visto com reservas por alguns. Enquanto isto, o Chile, sobretudo, pode ser mostrado como uma prova de que a consciência das limitações externas a que é submetida a América Latina já chegou a nível da consciência popular e pode levar o eleitorado a, numa atitude emocional, votar em candidatos marxistas, como Salvador Allende. Santiago, assim, hoje em dia, é um exemplo, mas, a curto prazo, negativo para a América Latina, como um todo. Isto não só porque a eleição de Allende, por uma parte pode levar, como já dissemos, ao isolamento do Chile — e, de certa forma, já está tendo essa conseqüência que só com muita habilidade pode ser superada, assim mesmo muito improvavelmente. Mas, porque também, a vitória de um marxista nas urnas poderá dar motivo aos partidários dos regimes de força da direita, pois ganharam mais um argumento para afirmar que a democracia, na América Latina, caminhará numa estrada suicida.

Temos assim fatos novos e importantes em relação a autodeterminação da América Latina, mas nem todos, como vimos, de efeitos positivos. E, numa encruzilhada como esta, o maior

perigo é este que se avizinha e é de difícil contôrnio: o espectro de divisão interna do grupo. Difícilmente o caso Allende inspira aos analistas e aos governos ocidentais sua verdadeira significação: a de que foi uma prova significativa de conscientização popular sôbre as injustiças sociais e econômicas a que levam a estrutura interna de seus países e, no âmbito internacional, a falta de afirmação diplomática e até a nível de autodeterminação. E, portanto, a decisão de enfrentar essas condicionantes, no sentido de resolvê-las. Na verdade, parece que o povo chileno não votou ideologicamente, mas fixou um protesto contra a conjuntura chilena, ainda cheia de contradições e perdendo vitalidade, contra as injustiças sociais ainda ali vigentes e contra o procedimento internacional da América Latina. Não terá sido, portanto, uma mudança orientada a meta ideológica, mas — efetivamente — foi uma efetiva demonstração do desejo de mudar.

A nível global, portanto, nada seria mais pernicioso do que o isolamento do Chile. Isso, entretanto, é uma possibilidade, principalmente se sua atitude vier a ameaçar a América Latina ideologicamente e a procurar substituir a liderança norte-americana pela dos países marxistas, imensamente mais sufocante e limitadora, principalmente numa conjuntura como a atual.

### 7.3. A POSIÇÃO DOS EUA

A nível, ainda, conjuntural, a

recente decisão dos Estados Unidos da América de recolherem seus esforços no sentido da resolução de seus problemas internos, que são graves, abre perspectivas favoráveis ao recente movimento de união latino-americana. A administração Nixon, como toda administração republicana, tem-se voltado, preferentemente, para a solução dos problemas infra-fronteira, que atualmente são notáveis. E recentes estudos e pesquisas de opinião pública têm levado Washington a rever sua posição internacional, abonando paulatinamente sua participação em crises estrangeiras. Evidentemente, situações graves tão perto de suas fronteiras e tão dentro de sua área de influência como é a América Latina dificilmente encontrarão os Estados Unidos indiferentes. Mas as recentes nacionalizações de empresas norte-americanas demonstram que Washington se guarda de intervenções e atitudes precipitadas. Isto porque parece terem os governantes norte-americanos se dado conta de que a intervenção no estrangeiro tem prejudicado mais do que assegurado a boa imagem do seu país, bem como lhe tem custado mais inclusive em termos econômicos e financeiros de que lhe trazido vantagem.

### 7.4 AS NOVAS ENTIDADES

Essa atitude abre, portanto, perspectivas novas de maior área de decisão para a América La-

tina, assegurando-lhe, provavelmente sucesso em empreendimentos novos como a CECIA, que será, se levado avante, a real entidade congregadora dos países latino-americanos. Sobretudo, a entidade que melhores perspectivas possui no sentido de afirmar-se. E que parece ter tomado a decisão certa no sentido de unificar a América Latina não como mercado consumidor integrado, mas como mercado produtor capaz de, unido, abrir barreiras e comerciar diversificadamente em termos mais favoráveis. De certa forma, porém, a decisão foi tomada ainda por causa dos Estados Unidos. A contrário senso embora, foi a nova política de Washington que fortaleceu os propósitos de buscar-se fora o mercado consumidor para nossos produtos, quando começavam a se fechar barreiras alfandegárias nos portos dos EUA. Há, portanto, o perigo de, reabertos êsses portos, os países latino-americanos sucumbirem outra vez ao comércio unilateral enganosamente favorável a curto prazo, mas prenhe de conseqüências políticas e, por excelência, condicionadora de liberdade de comerciar.

#### **8. PRESSUPOSTOS PARA UMA INTEGRAÇÃO**

Isso não obstante, não há dúvida de que, no momento atual, se abrem perspectivas novas e favoráveis ao reconhecimento, pela América Latina, de que seus paí-

ses formam uma comunidade natural que se pode e deve unir em termos internacionais para afirmar-se diplomática e economicamente.

Mas uma decisão dessas pressupõe atitudes prévia que se precisam tomar para vencer o tradicional isolacionismo entre nossos países:

1º) uma tomada de posição nacionalista autêntica e conseqüente. Um nacionalismo que pressupõe o resguardo da nacionalidade, a busca da realização dos objetivos nacionais, que parta de pressupostos da autodeterminação, no sentido próprio, aquêle que possibilita a convivência pacífica e é o pressuposto natural dêle, pois se funde no respeito recíproco das nacionalidades e no fato básico do direito que cada povo tem de defender, licitamente, seus interesses. O nacionalismo que é, portanto, a base verdadeira e o pressuposto do internacionalismo, o qual se baseia na união de individualidades nacionais próprias, assim como a nação se baseia no respeito aos indivíduos e busca assegurar sua realização como pessoa humana;

2º) a integração do Brasil na América Latina. Já mencionamos o fato da desintegração latino-americana, fenômeno que se sente, inclusive, entre países irmãos de raça, língua e região geográfica. Mas o fenômeno é mais grave em relação ao Brasil, o país gigante da América do Sul, onde se encontra a maior população nacional e onde, igual-

mente, existem maiores potencialidades econômicas em termos de mercado interno. Nosso País, assim, tem um papel muito importante a cumprir no nosso Continente. E só à medida que se aperceber dele é que a integração latino-americana se tornará viável e completa. Perderia ela, sem nossa presença, a metade de sua possibilidade de afirmação internacional. Enquanto de referência a nós também a integração latino-americana parece indicar-se como o meio mais próprio para acelerar nosso desenvolvimento e forçar nossa aceitação como força econômica importante, no mundo;

3º) a modernização de nossas estruturas nacionais, em termos sociais, é outra meta necessária que, se não é preciso que se alcance previamente aos esforços de integração, devem segui-lo *pari-passu*, pois já vimos que ela é cheia de efeitos danosos à própria estabilização social e progresso. Condiciona, até, a possibilidade de afirmação internacional. Com isso, não quero dizer que se devam copiar modelos externos. Mas, antes de tudo, que se encontre um projeto próprio de modernização sem o qual nossa presença no mundo será impedida, simplesmente;

4º) o desengajamento da guerra fria, nos seus aspectos propagandísticos e caricaturais. Eis outro empecilho para a nossa afirmação no mundo moderno. Não que desconhecamos a realidade das diferenças ideológicas e que neguemos a necessi-

dade de nos resguardarmos de ideologias estranhas e danosas, como o comunismo. Mas aqui, como em relação ao projeto social, não somos obrigados a cumprir modelos externos, sobretudo na medida em que eles desbordam as fronteiras ideológicas e passam a ser programas próprios de um país. Isto é: a medida que URSS e Estados Unidos se entendem, e Washington começa a aproximar-se da China, não é do nosso interesse continuarmos a esquecer o grande mercado que nos está fechado. Em suma, não se defende a atitude que nos torne permeáveis à dominação comunista, mas uma atitude lícita que não nos faça prejudicar interesses nacionais em nome de uma realidade ultrapassada e de uma visão propagandística e caricaturesca, que só nos traz detrimientos à autodeterminação;

5º) a estabilidade política é outra meta necessária a qualquer projeto de associação internacional. E torna-se, portanto, pressuposto necessário aos nossos propósitos, se bem que não condicionante impeditiva. Se é uma meta que se impõe por si mesma, um objetivo permanente de qualquer sociedade, seria utópico condicionar-se a ela, em países em fase de transição econômica e social como os nossos, qualquer passo avante. Mas, ainda aqui, precisamos ter coragem para idealizarmos, quando necessário, sistemas originais, e lucidez bastante para não copiarmos servilmente modelos estranhos a momento presente, bem como

nossas condições sócio-econômicas e culturais;

6º) o conhecimento da América Latina. Isso a dois níveis: a nível popular, criando uma consciência de participação coletiva, que até hoje não existe. No Brasil, incidentes históricos que dificilmente se repetirão, se tomarmos o rumo certo (mas que infelizmente, se podem reproduzir se outras forem as decisões), têm-nos feito criar uma consciência negativa em relação aos países latino-americanos. Alguns despertam, até, sentimentos de animosidade, para o que tem contribuído danosamente certa historiografia não-crítica. Isso que existe no Brasil, popularmente, repete-se como o reverso de uma medalha, nos países latino-americanos, relativamente a nós. Não é muito raro o entendimento de desconfiança para com nosso País, em alguns círculos visto como de vocação imperialista. Trata-se, portanto, de um trabalho necessário, a esse nível de conscientização popular, afastarem-se esses prejuízos eminentemente danosos.

Mas, se isso existe a nível popular, a nível científico ainda é talvez mais lastimável o desconhecimento quase total em que se encontram nossos estudos universitários em relação à região latino-americana. Necessitamos, urgentemente, criar núcleos de estudos universitários sobre a América Latina. Para acompanharmos o movimento natural do

para aparelharmos a Universidade para o futuro imediato. Ela, a Universidade, amoldou-se à tradição e à política diplomática, no sentido de voltar-se para a Europa e os Estados Unidos, pondo as costas para a realidade que nos circunda. Já é tempo, entretanto, de que perceba a sua missão latino-americana. Que descuba o mundo de ensinamentos que ali se encontram, o mundo de fatos que nos podem ajudar a conhecer nossa própria realidade, bem como aparelho a nossa *intelligensia* para integrar-se na região em que vivemos.

A Universidade Federal da Bahia, alguns anos atrás, tentou iniciar um núcleo de estudos sobre a América Latina, vinculado ao antigo Instituto de Ciências Sociais, sob a direção lúcida do Prof. Valentin Valderón. A necessidade de voltar-se, porém, para sua reestruturação interna ficou como idéia latente e cada vez mais impositiva. É um serviço que, a meu ver, ela precisa realizar, inclusive para servir aos dois níveis — científico e de divulgação — que vimos citando. Torna-se, aliás, um passo necessário, ainda que não se venha a realizar uma integração mais vasta da América Latina: as realidades geográficas — e até mesmo geopolíticas — nos colocam num contexto que não podemos desconhecer. E isso é irrelutável.

ARY GUIMARÃES